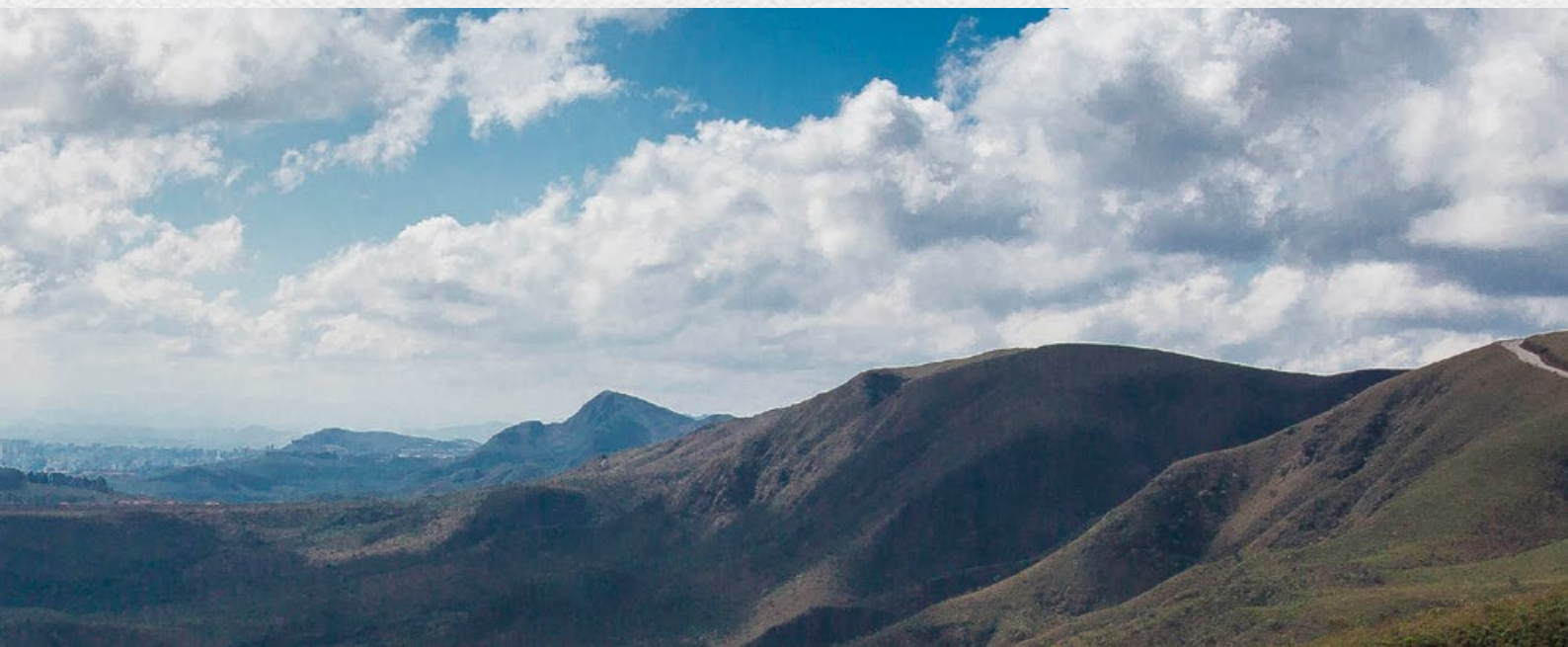


UM NOVO MANDATO PARA CONTINUAR MUDANDO MINAS GERAIS

Diretrizes para o programa 2019–2022 da Coligação Do Lado do Povo



FERNANDO PIMENTEL
GOVERNADOR vice **JÔ MORAES**

PiMENTEL
GOVERNADOR VICE **JÔ MORAES**



O primeiro mandato de Fernando Pimentel deu início a uma profunda transformação no jeito de governar Minas Gerais. Dando voz e participação a mineiras e mineiros de todas as regiões, Fernando Pimentel está mostrando que é possível transformar o povo mineiro em protagonista do desenvolvimento de nosso estado.

O caminho inovador está escolhido e a experiência institucional neste novo jeito de governar começou a ser construída. É chegada a hora de fazer as escolhas que darão continuidade às mudanças que queremos para Minas Gerais.

Em outubro próximo, as mineiras e os mineiros terão a oportunidade de reafirmar sua tradição de luta pela democracia e seu compromisso com a construção de uma Minas Gerais para todos. Poderão escolher avançar ainda mais na transformação de nosso estado, aprofundando um processo baseado no diálogo com todos, no equilíbrio para fazer as escolhas necessárias e no trabalho que viabiliza as entregas que fazem a diferença na vida de todos, com foco nas populações mais vulneráveis e que mais têm sofrido os efeitos da crise e dos descaminhos que o país vem trilhando. Poderão escolher um time para liderar uma nova etapa de nosso desenvolvimento, com Lula na Presidência da República, Dilma Rousseff no Senado e Fernando Pimentel e Jô Moraes no governo de Minas Gerais.

Este documento apresenta as diretrizes do programa de governo para Minas Gerais 2019-2022, propostas para debate pela coligação Do Lado do Povo. Por meio de diálogo com as forças políticas e sociais que apoiarão a reeleição de Fernando Pimentel, vamos detalhar os compromissos que nortearão o segundo mandato do projeto que, com os pés no chão e a despeito de todas as dificuldades, está construindo um novo futuro para Minas Gerais.



**DIRETRIZES
PARA CONTINUAR
MUDANDO
MINAS GERAIS**

1.

A **superação da crise fiscal** é fundamental para que possamos realizar maiores investimentos nos mineiros e em Minas Gerais. Para isso, daremos continuidade a ações para gerar receitas extraordinárias – do que são exemplos as propostas de abertura do capital da Codemig e de securitização de dívidas tributárias, já encaminhadas à Assembleia Legislativa – e às negociações para o encontro de contas do passivo da Lei Kandir com a dívida do estado junto à União. Para enfrentar o determinante estrutural do desequilíbrio nas contas públicas, propõe-se uma “constituinte previdenciária” para, em diálogo com servidores e toda a sociedade, estabelecer um novo modelo de financiamento para a previdência do estado. Partindo da premissa que todos os direitos devem ser preservados, se buscará construir um modelo de capitalização para a previdência assentado em fundos autônomos, com participação multivariada dos diversos ativos do estado e com gestão compartilhada entre o estado e os servidores.

2.

2. Assentado no aprendizado de que o diálogo com todos os segmentos da sociedade é a melhor forma de identificar as prioridades para a ação do estado, vamos fortalecer os **Fóruns de Desenvolvimento** como instância de planejamento participativo e monitoramento de políticas, aprimorando a integração entre os Colegiados Executivos, secretarias e órgãos de governo. Partindo de estudos já elaborados, em diálogo com os vários territórios e as representações da sociedade, vamos elaborar planos de desenvolvimento territoriais, orientadores dos investimentos públicos e das ações de estímulo aos investimentos privados no próximo quadriênio.

3.

Garantir a segurança da população, mantendo os índices de criminalidade em declínio em todo o estado, é tarefa prioritária a que daremos sequência. Para isso, haverá a expansão da estratégia das bases móveis para as cidades polos do interior, uma vez que, neste segundo semestre de 2018, elas já chegarão às demais cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Teremos também um olhar diferenciado para as áreas rurais, implantando as patrulhas rurais que, a partir do georeferenciamento e do cadastramento das propriedades rurais, combinarão trabalho de prevenção e repressão para reduzir a criminalidade rural. Para enfrentar o desafio de proteger o imenso território de Minas Gerais e restringir a entrada de criminosos a partir de outros estados, iniciaremos a implantação de sistema de monitoramento de nossas divisas, por meio de uma Parceria Público Privada cujo edital será publicado ainda em 2018. Para ampliar a capacidade de investigação e Inteligência, vamos avançar na integração tecnológica de todas as forças de segurança do estado, tendo como ponto de coordenação o Centro de Inteligência e Operações Estratégicas.

4.

Com base na vigorosa valorização dos trabalhadores da educação promovida no primeiro mandato, vamos avançar na melhoria da **qualidade da educação**. A expansão da oferta de educação integral terá continuidade, com ênfase no ensino médio integrado ao ensino profissional, com a constituição do Sistema Mineiro de Escolas Técnico – Profissionalizantes, com oferta de cursos conectada com as necessidades e vocações de cada território. Implantaremos o novo currículo do Ensino Fundamental, capacitando os professores de modo articulado com o Sistema Estadual de Avaliação dos estudantes da rede estadual. Iniciaremos a implementação do Sistema Integrado de Educação Pública, aprovado na Conferência Estadual de Educação. Ampliaremos a capacidade de os municípios investirem em educação, por meio de ajustes na Lei do ICMS Solidário.

5.

Para garantir **atenção de qualidade à saúde** no SUS, propõe-se o fortalecimento da regionalização dos serviços de saúde, potencializando o uso da rede instalada e a parceria com a rede filantrópica de prestação de serviços de saúde, e realizando a revisão do Plano Diretor de Regionalização de forma participativa. Daremos continuidade à expansão do SAMU regional, almejando a universalização desse serviço. Buscaremos reconstruir a parceria com o novo governo federal para a retomada do projeto de Centros de Especialidades Multiprofissional. Com base no bem-sucedido trabalho de enfrentamento à febre amarela, será acelerada a reorganização dos processos de trabalho em vigilância em saúde. Daremos continuidade à implantação da gestão participativa na saúde.

6.

Estimular o **desenvolvimento produtivo sustentável**, inclusivo e territorialmente equilibrado persistirá sendo objetivo central do segundo mandato de Pimentel. Será dada continuidade ao esforço de diversificação produtiva e de atração de novos investimentos para o estado, aprimorando ações que visem a incorporação de setores intensivos em conhecimento e tendo como objetivo primordial a geração de emprego e renda para os mineiros. Os canais de diálogo com o setor produtivo mineiro serão fortalecidos, em busca das parcerias que propiciem o salto para a indústria 4.0 em nosso estado. Avançaremos na adoção de medidas que aprimorem e simplifiquem o ambiente de negócios em Minas Gerais. Com base no novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, serão alavancadas atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da comunidade científica do Estado e os programas de aceleração de startups serão ampliados, contando com a parceria entre academia, empresas e governo. Setores produtivos enraizados em nossa tradição, como o artesanato e a gastronomia, permanecerão no centro da política de desenvolvimento, com foco no fortalecimento de marcas e canais de comercialização e no aprimoramento de mecanismos de fomento.

7.

O apoio à **produção agrícola** persistirá como prioridade, tendo como eixos centrais o estímulo à agricultura sustentável e as políticas de certificação, basilares para a valorização de nossos produtos. Serão fortalecidas políticas e a incorporação de tecnologias que estimulem a transição para a agroecologia e o fomento à produção de alimentos saudáveis, para garantir a segurança alimentar de todos os mineiros. Persistiremos apoiando ações de melhoria genética e de elevação da produtividade agropecuária. A oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) será universalizada e daremos continuidade à política de regularização fundiária no estado. A estratégia de integração das compras para merenda escolar e com a produção da agricultura familiar, já em implementação pelo Programa de Enfrentamento à Pobreza Rural, será expandida para todos os 17 territórios.

8.

A **política ambiental** persistirá conciliando a proteção à nossa diversidade e riqueza natural com o atendimento eficiente, ágil e simplificado às demandas de licença e regulatórias associadas ao funcionamento da economia mineira. Continuaremos utilizando a tecnologia para avançar na celeridade dos processos, e vamos garantir que 100% dos processos de outorga do direito de uso de água e todo o licenciamento ambiental sejam realizados por meio eletrônico. Persistiremos buscando a municipalização de ações de nível de complexidade compatíveis com a capacidade operacional dos municípios. Continuaremos a assegurar a adequada proteção das unidades de conservação existentes e, se os estudos indicarem a necessidade, ampliaremos de forma qualificada as áreas protegidas. Buscaremos o fortalecimento da governança do sistema estadual de recursos hídricos; em especial o apoio aos comitês de bacia hidrográfica, e queremos dialogar com a sociedade mineira sobre as políticas estaduais de mudanças climáticas e de pagamento por serviços ambientais.

9.

Em diálogo com as várias **juventudes**, propõe-se construir estratégia que integre transversalmente os vários programas de educação, empreendedorismo, incentivo à inovação e cultura, qualificação profissional e oportunidades para inserção no mundo do trabalho, para oferecer uma cartela de oportunidades de formação e inserção produtiva, em especial para jovens de favelas e os residentes em periferias das grandes cidades.

10.

O respeito à diversidade de nossa população, a **garantia de direitos** e o compromisso com a equidade continuarão orientando as políticas do segundo mandato Pimentel. Avançamos alguns passos na construção de uma Minas Gerais sem homofobia, sem racismo e que combate a violência contra as mulheres, mas ainda há muito a fazer. Persistiremos dialogando com os movimentos sociais e representações coletivas, em conselhos e conferências, para aprimorar as políticas e implementar novas que se façam necessárias.

11.

A criação do sistema estadual de **cultura**, o plano decenal em curso e os novos mecanismos da Lei de Incentivo e do Fundo de Cultura asseguram as bases para maiores avanços no próximo mandato. Haverá ampliação da descentralização das ações, do apoio a projetos locais, da desconcentração do fomento e da multiplicação dos editais de estímulo, que passam a ter recursos garantidos. O programa Cultura Viva vai fortalecer o trabalho de grupos que atuam em todas as regiões do Estado. As comemorações dos 300 anos da Capitania de Minas Gerais (2020), dos 200 anos da independência do Brasil e dos 100 anos da Semana de Arte Moderna serão base para valorizar as ações culturais, a utilização adequada do patrimônio histórico material e imaterial, e o fomento ao turismo.

12.

As **empresas públicas mineiras** continuarão voltadas ao atendimento de qualidade aos mineiros e ao estímulo do desenvolvimento em nosso estado. Após atingir a universalização do atendimento rural, a Cemig dará especial ênfase em ações de regularização da oferta de energia em comunidades urbanas de baixa renda e no investimento em geração distribuída. Tendo como base as obras identificadas em estudo realizado no primeiro mandato, além da continuidade dos investimentos para expandir e garantir qualidade da oferta de saneamento básico no estado, Copasa priorizará a implementação das obras que permitirão a regularização da oferta de água para abastecimento humano em 131 municípios do semiárido mineiro pelos próximos 45 anos.

13.

Na **infraestrutura**, o foco persistirá na realização de obras que são necessárias de fato à população, para melhorar a logística e trazer mais qualidade de vida aos cidadãos. Em especial, serão priorizados a implementação do Plano de Mobilidade do Transporte Intermunicipal; a continuidade do programa de Concessões e Parcerias Público Privadas – PPP; e a instituição de um Sistema Estadual de Planejamento e Ordenamento Territorial.





www.pimentel.com.vc